

## Projeto de vida

Categories : [Reportagens](#)

Tamanha é a intimidade do casal de biólogos Jaime Martinez e Nêmera Pauletti Prestes com o *Amazona Pretrei* que, juntos, eles falam do bicho como se estivessem em família. Os dois parecem saber tudo sobre essa espécie de psitacídeo, endêmica aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde é conhecida como papagaio-charão. Por exemplo, quanto exatamente cada charão come por ano de pinhões, o alimento vital de que tiram a energia para a reprodução. “Na média, 10,4 quilos”, diz ela. “O consumo se restringe ao período que vai de março a agosto, quando os pinhões amadurecem”, diz ele. Sabem também quantos charões existem soltos na natureza. “Cerca de 20 mil”, responde novamente Martinez, que é capaz de contar o número de indivíduos num bando avistado no céu com precisão que vai do milhar a unidade.

Vi isso acontecer numa tarde fria de abril em que ele e o biólogo Élinton Rezende andavam à procura de charões no Planalto Catarinense, uma cadeia de montanhas próxima à cidade de Lages. O primeiro a avistar um bando foi Martinez, que saiu logo contando: “são 470”. Logo outro grupo apareceu. “Mil, setecentos e cinquenta, Élinton”, berrou. E veio outro. “Mais 1 mil, 421”, continuou. Quando a noite caiu, Martinez fechou os números do dia. “Foram 4 mil, 491”, disse. Ele tentou me ensinar como fazia o recenseamento de pássaros que estavam a quilômetros de distância e, para mim, às vezes imperceptíveis até com binóculos. Não aprendi.

Achei melhor confiar no método. Afinal, Martinez e a mulher são provavelmente os maiores especialistas do mundo na espécie. Dedicam-se à estudá-la há exatos 14 anos, desde que saíram dos bancos da faculdade de biologia da Universidade de Passo Fundo, onde são hoje professores. Martinez é absolutamente parcial em relação aos seus charões. Diante de meu entusiasmo com um papagaio de peito-roxo empoleirado numa araucária, ele não se contém. “O roxo é fotogênico, mas é tímido. Igual ao charão não tem”, decretou, com autoridade e fala grossa. “O charão é mais bonito, e sua voz também é mais imponente”, ele explicou, levando as mãos em concha à boca para imitar o som do bicho: “quéqueeu, quéqueeu”. Nêmera Prestes, que fala baixo e raramente gesticula, endossa o marido numa frase que repete com um mantra: “É um bicho muito especial”.

O charão debutou na comunidade científica européia em 1833, quando foi classificado como *Amazona pretrei Pretrei* numa das expedições financiadas pelo zoólogo e aristocrata holandês Coenraad Temminck à América do Sul no início do século XIX. Mas, para a população local, ele já era charão, palavra de origem asiática que designa tinta extraída de árvore usada para fazer laca vermelha. O nome não poderia ser mais apropriado. Nos seus 32 centímetros de comprimento, o

verde é a cor predominante. Mas o que atrai os olhos são suas penas encarnadas, que se concentram nas bordas das asas e numa espécie de máscara que sai do bico e se fecha ao redor dos olhos, dando-lhe um aspecto de Capitão América. Entre os papagaios, é o único que pode ostentar o título de ave migratória. Seu ciclo começa em janeiro, quando os bandos iniciam a revoada rumo ao Planalto catarinense em busca das sementes da araucária. E termina em setembro, quando retornam aos capões, ilhas de árvores e mato que crescem nos campos gaúchos. É lá que se reproduzem.

Os charões não dormem onde comem, exceção feitas às fêmeas durante a procriação. À noite concentram-se em dormitórios. Só no Rio Grande do Sul Martinez e a equipe já identificaram 17 dormitórios, espalhados pela região central e no Norte do estado. Todos em florestas replantadas com pinus e eucalipto. “Pode ser uma estratégia para proteger seus estoques de alimentos”, diz Rezende. A concentração de charões no Planalto, onde há uma das últimas florestas de araucárias da região, começa a ficar visível em março. A mata é secundária, rebrotada a partir de pinheiros imaturos que os madeiros deixaram para trás, quando devastaram a área nas décadas de 40 e 50. Tem cerca de 20 mil hectares. Quando Martinez e Prestes iniciaram suas pesquisas, considerava-se o charão uma espécie ameaçada e sua população estimada em cerca de 8 mil exemplares. Hoje se sabe que ela tem mais do que o dobro.

Mas sua sobrevivência enfrenta, no longo prazo, dois problemas. Um é a predação de ninhos. Um filhote de charão recém-nascido custa cerca de 100 reais e chega nas cidades do interior do Rio Grande do Sul com preço cinco vezes maior. Em Porto Alegre pode valer mais. O outro é a destruição de seu habitat. No Rio Grande do Sul, o vilão deste processo é o plantador de soja. A febre do grão tornou difícil achar um pedaço de terra onde cresça a vegetação de campo que foi típica da região. A soja também está derrubando os capões, fundamentais para a reprodução do charão. No Planalto Catarinense, a situação é melhor, mas o futuro não deixa de ser incerto. Por enquanto, protegida pela legislação que impede o seu corte, a floresta de araucárias do local está de pé. Mas as árvores estão envelhecendo e no solo do Planalto não há sinal de mudas novas crescendo. “Os proprietários roçam as jovens”, diz Martinez.

Depois de tanto tempo estudando o charão, o casal ainda acha que tem muito a aprender. “Por exemplo, não sabemos a sua rota migratória de retorno ao Rio Grande do Sul, onde se reproduzem”, diz ele. “Também não sabemos tudo sobre sua alimentação”, diz ela. Além de enfrentar sua ignorância, o casal precisa constantemente atualizar o que sabe. O Projeto-Charão está agora fazendo levantamento, a cargo do biólogo Rodrigo Noetzold, para descobrir outras áreas de ocorrência do papagaio. Somando o que desconhecem, Prestes afirma que “uns 20%” de sua vida ainda é uma incógnita. Nada mau para uma dupla que, ao ver pela primeira vez um papagaio desses, não fez nem idéia do que era. “Nós o vimos e o ouvimos”, diz Martinez, lembrando o episódio de 1991. Recém-formados, faziam o levantamento das aves que frequentavam o Parque Municipal de Carazinho, uma área de 206 hectares com boa parte da

floresta reconstituída por eucaliptos. “Mas não sabíamos o que era”.

Entraram em contato com biólogo gaúcho Fábio Silva e a resposta veio rápida: tratava-se de um charão. Prestes e Martinez tentaram então convencer Silva a aprofundar o estudo dos charões, mas ele não quis. Decidiram então que eles mesmos tomariam conta do assunto. Só não sabiam como. Faltava-lhes experiência e dinheiro para a pesquisa. Ouviram falar da criação da Fundação O Boticário em 1990. “Mandamos uma carta para lá, mas tudo o que conseguimos na época foi uma nomeação como consultores”, lembra Martinez. O casal não desistiu. Resolveu começar do básico, levantando o beabá dos hábitos alimentares e reprodutivos do charão. Com apoio do WWF e uma doação da Refinaria Alberto Pasqualini, lançaram-se no projeto de alojar em jaulas no pequeno zoológico da Universidade de Passo Fundo 5 casais de charões e acompanhá-los de manhã à noite. Para isso, naturalmente, precisavam de papagaios.

Sem ter a menor noção naquela época de onde achá-los, foram buscá-los com o “inimigo”, gente que havia retirado os animais do ninho ou comprado filhotes de saqueadores. “Tinham que ser filhotes de pouca idade e interagindo com humanos há pouco tempo, para comprometer o mínimo possível o resultado do estudo”, conta Prestes. Botaram o pé na estrada atrás das aves. Em Lagoa Vermelha, encontraram um casal com um filhotinho. Conversaram durante uma hora, falaram das multas do Ibama, invocaram a importância do saber científico, e nada. “Eles disseram que gostavam do papagaio mais do que dos filhos”, lembra Martinez. Num convento capuchinho, acharam um monge com dois papagaios pequenos. Ao ouvir o pedido, ele resistiu. “Mas esses aí são da paróquia”, rebateu. Insiste daqui, apela de cá, o monge emprestou-os. E dois anos depois, quando a pesquisa acabou, não foi mais buscá-los.

As cobaias foram divididas em dois grupos. Um recebia alimentação natural – brotos, frutas, folhas – e o outro, comida natural mais exótica. Pesando o que os bichos comiam e anotando tudo o que viam, desvendaram a alimentação espécie. No mesmo ano em que começaram seu projeto no zoológico da Universidade de Passo Fundo, 1993, receberam a notícia que a Fundação O Boticário iria financiar seu projeto para identificar as áreas onde os charões faziam ninhos. Foi o primeiro de uma série de sete projetos financiados pela Fundação, que permitiram aos dois biólogos, junto com o dinheiro obtido em outras fontes, como o Funbio, manter um monitoramento constante dos bichos com uma equipe que, além deles dois, conta hoje com mais 3 biólogos, 1 zootecnista e 3 estagiários. É esse grupo que toca uma série de trabalhos que se reúnem sob a marca do Projeto Charão. A estrutura toda custa 9 mil reais por mês, e desse dinheiro nada chega às contas bancárias de Prestes e Martinez. “No início, e durante muito tempo, era charão 7 dias por semana”, lembra Martinez. “Até Natal já passamos embaixo de árvore”.

O primeiro dinheiro da Fundação O Boticário deu novo rumo ao projeto. Permitiu-lhes sair a campo e, principalmente, ofereceu-lhes a oportunidade de atrelar a pesquisa à conservação. Os dois logo aprenderam, por exemplo, que denúncia sozinha não resolve. A educação tem mais efeito no longo prazo. Em 1996, moveram uma campanha pesada contra a captura de charões em Lagoa Vermelha. “Demos entrevista em rádio, TV, jornal, colamos cartazes pela cidade”, conta Martinez.

Mais tarde, numa pesquisa informal feita em bairros de Lagoa Vermelha pela bióloga Tatiane Bonanti, descobriram que quase 20% das casas tinham um papagaio cativo. O que a campanha fez foi tornar o comércio do bicho menos ostensivo. “Até aquela época, era comum ver meninos oferecendo charões na beira da estrada. Ninguém reprimia”, diz Martinez.

O esforço de educação ambiental do Projeto Charão é contínuo. Hoje, um de seus principais instrumentos é a distribuição de uma história em quadrinhos nas escolas da região de incidência do papagaio que divulga a necessidade de conservação tanto da ave quanto de seu ambiente, a floresta de araucárias. Prestes e Martinez têm apreço especial por essa iniciativa. “É uma maneira de transformar o conhecimento científico em linguagem popular” diz Prestes. A história, desenhada por Adriano Ávila, conta a saga de uma família de papagaios, os perigos que ela enfrenta para sobreviver – humanos e gambás, por exemplo – a felicidade de estar em ambiente ainda propício à espécie – a floresta de araucárias – e a importância de também ter humanos ajudando à conservá-los – no caso, a equipe do Projeto Charão. A revistinha tem o título de “As aventuras do papagaio-charão” e de fato funciona muito bem com crianças. Fiz um teste com minha filha, de 6 anos de idade. Ela folheou avidamente seu conteúdo e desde então, vira-e-mexe fala como é importante fazer com que a ave e as araucárias sobrevivam.

Para tocar seus estudos, eles precisam ganhar a confiança dos moradores locais. Os lugares que o charão frequenta estão em mãos privadas. “Se não ficarmos amigos deles, nem abririam a porteira para nós”, diz Prestes. Alguns ficaram tão amigos que se tornaram pesquisadores informais da ave. Registram a passagem deles pelas suas terras e avisam aos biólogos por onde eles andam ou se há alguma modificação estranha no seu comportamento. Um desses grandes amigos do charão é seu Veco - ou melhor, Sinval Fiúza, um velho fazendeiro de voz quase inaudível e passos lentos. “Eu não acho os bichos. Eles é que me procuram”, ele declara, caminhando com os biólogos rumo a um capão na sua propriedade de 400 hectares.

“Esse capão é uma área de ninhos”, explica Rezende, um dos biólogos. Ele é o principal responsável pela manutenção de ninhos de charão no projeto, trabalho que o obriga a ser uma espécie de arquiteto das aves, melhorando as condições dos abrigos naturais. Também cuida das 200 caixas usadas como ninhos artificiais de madeira, pois a derrubada de velhas árvores ocas criou na região um déficit de moradias oferecidas pela natureza. A maioria das caixas foi ocupada, mas só duas por charões. Nas outras, reproduzem-se corujas, canários, pica-paus, gambás e até abelhas. “É uma solução de curto prazo para enfrentar a destruição do habitat”, diz Martinez. “E o fato de estarem ocupadas por outras espécies não significa que a experiência é um fracasso. Os ninhos artificiais reduzem a pressão da luta pela cavidade natural”.

A grande descoberta de Martinez e Prestes sobre o charão aconteceu em março 1995. Os bichos haviam sumido da Estação Ecológica de Aracuri, onde anteriormente iam passar os meses de março a agosto alimentando-se de pinhões. “O entorno ficou muito detonado e o bicho foi

procurar araucárias em outro lugar. Não sabíamos onde”, conta Martinez. Decidiram separar-se em dois grupos e começar a esquadrihar áreas de araucárias entre o norte do Rio Grande do Sul e o sul de Santa Catarina. Martinez foi para o oeste e Nêmora Prestes palmilhava o leste quando, um belo dia, numa estrada de terra para Urupema, ela parou o carro para pedir informações sobre o paradeiro do charão. Mal puxou conversa, ouviu o barulho inconfundível: “Olhei para cima e vi um bando com 17 indivíduos. Tentamos seguí-los, mas acabamos perdendo a pista”.

“Ainda não sabíamos onde se concentravam”, ela diz. Mas agora sabiam onde procurá-los. Decidiram focar as buscas no Planalto Catarinense e acabaram batendo na casa de Ayres da Silva, um ex-funcionário de madeireira que, liquidada a madeira, decidiu ficar por ali, tocando uma propriedade de 14 hectares. Ao ouvir a pergunta sobre os papagaios, Silva apontou para um grupo de araucárias próximas com galhos coalhados de charões. O mistério estava resolvido. O fazendeiro virou grande amigo do casal. Uma de suas filhas monitorou a população dos papagaios na região durante anos. Sua casa até hoje serve de base aos dois biólogos quando vão ao Planalto acompanhar seus bichos de estimação.

Apesar de saber a área para onde vão entre março e agosto, isso não significa que Prestes e Martinez não precisam mais se comportar como detetives para achá-los. É que a cada ano, eles variam seu local de concentração na região do Planalto Catarinense. Martinez acha que a solução para garantir a sobrevivência da espécie seria transformar o Planalto em Unidade de Conservação. Mas sabe que é difícil. “Já houve estudos e até demarcação, mas nada andou”, diz com ar resignado. A área há muito está ocupada por proprietários privados e não há a menor dúvida que eles resistiriam à cessão de suas terras.

“Eu sair daqui pode até resolver o problema dos bichos. Mas vai piorar muito o meu”, diz Dercílio Arruda, dono de fazenda de 700 hectares e vereador pelo PMDB na cidade de Paineira. Ele acha que se pode conservar melhor se os proprietários fossem autorizados a praticar o manejo de araucárias em sua propriedade. “Se eu cortar mil árvores, posso plantar outras 5 mil”. Não é tão simples assim. Planos de manejo florestal são complexos e demandam algum grau de fiscalização governamental. E no Planalto, como no resto do Brasil, ela está longe de ser perfeita. Quem derruba uma araucária já crescida por lá, até por conta da sua visibilidade, pode aguardar a chegada da lei. Mas não há qualquer controle sobre a retirada de mudas novas do solo. “Ninguém do governo liga para isso. Aí a gente faz”, diz o vereador.

*\* Esta reportagem faz parte de um livro sobre os 15 anos da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.*